



Os banhados e a evolução de paisagem no município de Chapecó – Oeste de Santa Catarina - Brasil

Vitor Luiz Scartazzini Bocalon*

Cristina Otsuschi**

Resumo: Durante o processo de ocupação territorial do Oeste do Estado de Santa Catarina, ocorrido nas primeiras décadas do século passado, os banhados eram considerados áreas impróprias tanto para cultivo quanto para criação de animais. Tidos como áreas insalubres – ou locais com “águas podres” –, não eram ocupados pelos migrantes teuto-italianos provenientes do Estado do Rio Grande do Sul, neste período de colonização. Porém, forneciam matéria prima para inicialmente, às atividades ceramistas indígenas e, posteriormente, para os oleiros. Neste artigo o objetivo é definir o que são banhados e sua importância ecológica, como fornecedor de matéria prima para o ofício da olaria e como esta atividade foi importante para auxiliar na configuração da paisagem atual da região. Nesse sentido, realizou-se uma análise com perspectiva histórica de ocupação e do uso dos banhados na área de estudo. Apesar de não se inserir em um ciclo econômico específico durante a evolução do processo histórico da região, foi importante para a manutenção de determinados aspectos culturais trazidos pelos migrantes teuto-italianos. Também serão abordados determinados aspectos relacionados aos impactos ambientais que vem ocorrendo em áreas de banhados devido à ocupação territorial nos dias atuais.

* Mestre em Geologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor titular na Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

** Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS - Campus Chapecó).

The wetlands and the evolution of landscape in Chapecó - West of Santa Catarina - Brazil

Abstract: During the territorial occupation process in the west of Santa Catarina state, which occurred in the early decades of the last century, wetlands were considered as inappropriate areas, both for cultivation and raising animals. During the colonization period by the German-Italian migrants, coming from Rio Grande do Sul state, do not occupied those lands, because they were considered unhealthy – or places with “rotten water”. However, initially, these areas provided raw material for indigenous pottery activities and, later, for brickworks. In this paper, the objective is to define wetlands and their ecological importance aspects as raw material supplier for the brickworks and how this activity was important to influence the current landscape of the region. In this sense, it was analyzed the study area, considering the historical occupation and how wetlands were used. Although, it was not included in a specific economy cycle, during the historical evolution process of the region, it was important for maintenance of certain cultural aspects brought by German-Italian migrants. It is also included certain aspects related to environmental impacts that is happening in wetlands areas due to nowadays territorial occupation.

Palavras-chave:

Banhados, paisagem, oeste catarinense.

Key-Words:

Wetlands, landscape, west of Santa Catarina.

Introdução

Quando se estabeleceu, na Europa, a transição para um modelo capitalista em detrimento do feudalismo, no início do século XVII, as relações de trabalho na sociedade foram profundamente modificadas, pois as atividades comerciais das cidades começaram a vivenciar um incremento econômico significativo. Dentro deste novo contexto, surgiram as atividades de Ofícios, e suas mais variadas funções. Alfaiates, ferreiros, carpinteiros e, entre mais outros, os oleiros, se constituíram em novos personagens participantes de um crescimento econômico que é observado na Europa no final do século XVIII e início do século XIX (MARTINS, 2007). No entanto, as cidades que passavam por este crescimento econômico não absorviam toda a mão de obra disponível, gerando excedentes de trabalhadores que começavam a procurar outras regiões que não às europeias para exercerem suas atividades. Esta explicação estaria inserida em uma série de outros fatores que procuram justificar o grande movimento migratório vivenciado no Brasil, no final do século XIX, quando aqui chegaram imigrantes provenientes de diferentes países europeus, principalmente Itália e Alemanha (VICENZI, 2008).

Os imigrantes europeus teuto-italianos se estabeleceram, em grande maioria, nos estados do sul do Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul. Neste Estado, no entanto, as dificuldades encontradas em um primeiro momento, fizeram com que eles mesmos ou seus filhos procurassem novas terras para se estabelecerem e o oeste catarinense, divulgado em propagandas de colonizadoras à época, seria a terra de novas oportunidades. Foi com essa expectativa que aqui chegaram, a partir do início do século XX, os migrantes, ocupando uma área até então habitada por índios e posseiros, exercendo basicamente atividades agrícolas em pequenas propriedades e, em segundo plano, eram realizadas as atividades de ofícios cujos ensinamentos eram passados de pai para filho. Assim, dentre várias outras atividades de ofícios exercidas em menor escala na região, as dos oleiros foram importantes no sentido de auxiliar na manutenção das tradições culturais e arquitetônicas dos ocupantes do oeste catarinense, para desta forma, participar na configuração da paisagem observada na região.

Os objetivos, aqui, consistem em definir o que são banhados, sua importância ecológica e relevância como fornecedor de matéria prima para o ofício da olaria, e conhecer como esta atividade foi importante para auxiliar na configuração da paisagem atual da região oeste catarinense.

Para atingir aos objetivos realizou-se uma análise com abordagem histórica de ocupação e do uso dos banhados na área de estudo, ressaltando a identificação dos principais problemas ambientais decorrentes dessa ocupação, tendo como exemplo o município de Chapecó, localizado no Oeste de Santa Catarina, região sul do Brasil.

Os banhados: significação ecológica e importância para a região

A definição de banhado sempre se constituiu em um tópico controverso na literatura científica, uma vez que cada região apresenta uma conotação própria para áreas alagadas (alagados, mananciais, charcos, pântanos; TEIXEIRA, 1997). Neste trabalho, serão definidos banhados como áreas alagadas temporária ou permanentemente, com desenvolvimento de vegetação típica de áreas úmidas, definição esta proposta pela Convenção de Ramsar, em 1971 (ROLON et al., 2004).

Na região oeste catarinense, os banhados apresentam tamanhos reduzidos e pouco profundos, ao contrário daqueles observados, por exemplo, nas regiões costeiras (como no banhado do Taim, no sul do Rio Grande do Sul). Mesmo assim, sua importância não é menor, uma vez que a maioria deles se encontra em áreas de nascentes, caracterizando as denominadas nascentes difusas, sem a presença de um olho-d'água, típico destas áreas

(CASTRO, 2001). Desta forma, os banhados do oeste catarinense, mesmo em períodos de secas muito prolongadas, sempre apresentarão água, pois se inserem nas áreas tidas como produtoras de água, conforme caracterizadas por Tucci (2007).

Os banhados são preenchidos por uma classe de solos específica, denominada genericamente de hidromórficos (LEPSCH, 2002). Tais solos possuem textura argilosa a franco-argilosa, ricos em matéria orgânica e com alto teor de umidade. Além deste material, podem estar associadas turfas. A matéria orgânica presente no material sedimentar confere ao solo uma coloração cinza escura a preta, atestando que este material foi gerado em ambiente úmido com baixa circulação de oxigênio, típico de áreas permanentemente alagadas e com características redutoras (LEPSCH, 2002; EMBRAPA, 2006). Os solos hidromórficos dos banhados da região se distinguem daqueles de seus entornos, que são definidos como latossolos e suas variedades, principalmente latossolo bruno álico e bruno roxo, com textura areno-siltosa e coloração predominantemente avermelhada, característica de ambientes oxidantes (TESTA; ESPÍRITO SANTO, 1992) e com grande produtividade, o que facilitou a implantação de uma tradição essencialmente agrícola na região.

Possuem os banhados uma importância ecológica significativa, uma vez que são os principais reguladores da vazão hídrica dos rios em épocas de secas. Ainda, são também considerados como áreas de reprodução de espécies endêmicas (principalmente peixes e anfíbios), áreas de reprodução e nidificação de aves migratórias, além de serem definidos como áreas de proteção para várias espécies de mamíferos, notadamente roedores (PAGNUNSSAT; BOCALON, 2003). O material de preenchimento dos banhados também possui grande relevância, visto que nele estão preservados fósseis de polens e esporos que possibilitam o registro dos câmbios climáticos ocorridos ao longo do Holoceno (LORSCHREITER; LEMOS, 1985; ROOTH, 1990), período que abarca o final da última glaciação (Glaciação Wisconsiniana; SALGADO-LABOURIAU, 1994; OLIVEIRA, 2005), iniciado há cerca de 15.000 anos, até os dias atuais.

Os banhados eram considerados pelos migrantes colonizadores da região, áreas impróprias para o cultivo e ou melhorias de seus terrenos. No entanto, inicialmente os índios Kaingang e, posteriormente os oleiros sempre os consideraram importantes visto que dele tiravam matéria prima de boa qualidade para o fabrico de peças cerâmicas e, após, o tijolo. O material essencialmente argiloso, com alto teor de umidade e com alta plasticidade, permitia de forma fácil a elaboração artesanal deste produto utilizado, durante a época da colonização, na construção de espaços específicos de suas casas, tais como os porões e, posteriormente, os banheiros.

A tradição ceramista indígena

A tradição Kaingang se caracteriza em fato marcante no desenvolvimento territorial do oeste catarinense, como pode ser testemunhado em nomes de cidades presentes na região, como Itapiranga¹, Chapecó, Xaxim, Xanxerê, dentre várias outras (SCHMITZ; BEBER, 2011). Provenientes do Planalto Central Brasileiro teriam ocupado o oeste catarinense há mais de 3.000 anos, onde se adaptaram a ambientes mais frios. Datam de 9.000 a 12.000 os artefatos mais antigos encontrados na região e são atribuídos à cultura altoaranaense (posteriormente definida como “tradição Humaitá”), e compreendem basicamente objetos líticos. Os artefatos cerâmicos, atribuídos à cerâmica Guarani também são encontrados na região (SCHMITZ, 2011).

Os artefatos cerâmicos se constituíam não somente em urnas funerárias, mas principalmente em objetos para uso cotidiano, como para estoque de sementes e fermentação de bebidas (MÜLLER; SOUZA, 2011). A proveniência da matéria prima para o fabrico das peças estava predominantemente situada nas margens do Rio Uruguai, como mostram as recentes descobertas arqueológicas no extremo-oeste catarinense. Para as populações indí-

¹ Itapiranga (“pedra vermelha”), Chapecó (“grande roça”), Xaxim (“tronco de samambaia”) e Xanxerê (“campina da cascavel”).

genas situadas em locais distantes deste rio, a proveniência era os banhados, corpos d'água que forneciam argila plástica, ideal para este tipo de manufatura.

O encontro dos Kaingangos com os migrantes chegados do Rio Grande do Sul, a fim de ocuparem os sertões do oeste catarinense foi dramático para o primeiro grupo. Seus espaços físicos passaram a ser cada vez menores, se restringindo a reservas indígenas ainda hoje discutidas e intensamente disputadas (RENK, 2007). Como consequência desse processo, a tradição cerâmica indígena se perdeu, restando aos indígenas atuais uma atividade artesanal elaborada com material constituído por fibra vegetal, principalmente na forma de cestos. Apesar de, atualmente, ainda ocorrer disputas no sentido de reapropriação territorial por parte dos índios, os mesmos, quando conseguem, procuram manter suas tradições, por maiores que sejam suas dificuldades neste processo (NACKE; BLOEMER, 2007).

A ocupação do oeste catarinense

No entanto, tal processo de ocupação litigiosa, não se deu somente no confronto com os indígenas. A partir do momento em que se estabeleceu a delimitação física do oeste catarinense, em um período onde as posses por terras disputadas inicialmente por Brasil e Argentina (século XIX) e, posteriormente, por Santa Catarina e Paraná (início do século XX), foi gerado um espaço rico em recursos naturais que deveria ser povoado, conforme interesse do governo federal à época. Neste cenário, são distribuídas grandes áreas de terras na região oeste catarinense para firmas colonizadoras, que começam a vender glebas de terras para descendentes de imigrantes italianos e alemães provenientes do Rio Grande do Sul. Coube às empresas colonizadoras, no entanto, expulsar os habitantes originais desta região, que eram os “caboclos” (um personagem da história do oeste catarinense ainda sem uma genealogia bem esclarecida) e, principalmente os índios (RENK, 2006; VICENZI, 2008).

Com o início da ocupação territorial do meio-oeste e oeste catarinense, já se configurariam as paisagens regionais de acordo com os aspectos fisiográficos predominantes nestes locais, principalmente em termos de cobertura vegetal. Enquanto que as áreas planas e cobertas por vegetação latifoliada subtropical eram preferencialmente ocupadas por luso-brasileiros, cuja atividade era pastoril, as áreas com relevos mais dissecados e cobertos por vegetação mais densa – a predominante do oeste catarinense –, seriam destinadas à ocupação de migrantes teuto-italianos (RENK, 2006).

Os migrantes de origem alemã se instalaram, em um primeiro momento nos atuais municípios de Itapiranga (antigo Porto Novo, com alemães católicos) e Mondai (inicialmente Porto Feliz, com alemães protestantes), ambas as localidades às margens do rio Uruguai (PIAZZA, 1988; EIDT, 2009). Os migrantes de origem italiana, por sua vez, ocuparam áreas mais afastadas deste recurso hídrico, optando por áreas com topografias mais elevadas, como no caso de Passo Bormann (Chapecó) e, posteriormente, em Vila Oeste (atual São Miguel do Oeste).

Indiferente da área ocupada pelos novos personagens, a região se mostrava rica em uma exuberante cobertura vegetal de floresta Mata Atlântica, estando presentes os grupos vegetacionais do tipo Ombrófila Mista e Estacional Decidual. Os novos ocupantes deste espaço territorial tinham, por tradição, a policultura e a pequena criação de animais domésticos (aves e suínos) o que, por si, explicaria a origem da expansão agroindustrial na região, principalmente a partir da década de oitenta do século passado (TESTA et al., 1996).

As atividades extrativistas no oeste catarinense

Neste item serão abordadas as principais atividades extrativistas realizadas no oeste catarinense. Algumas delas estão, por sua vez, inseridas nos denominados ciclos econômicos, estes caracterizados como períodos onde um determinado produto, por alguma razão, passa a ser o propulsor da economia de uma região (BRUM, 1983), como no caso do ciclo da erva mate, da pecuária, da madeira e, atualmente, o ciclo agroindustrial (BAVARESCO, 2005).

A extração da erva-mate consistiu em um ciclo econômico importante para o desenvolvimento da região, implicando na atuação de personagens aliados de um efetivo registro histórico, que eram os denominados “posseiros” ou “caboclos”. Figuras definidas como produtos da mestiçagem entre indígenas e portugueses, não possuem até hoje uma genealogia própria e muito menos uma história própria, pois em todos os documentos históricos, esses personagens eram descritos como os “já existentes na área a ser colonizada”, em detrimento dos novos personagens a fazer a história da região, os colonizadores de origem teuto-italiana (RENK, 2006).

A atividade ervateira somente seria definitivamente estabelecida na região a partir de 1850 (RENK, 2006), quando se define os limites territoriais entre Brasil e Argentina (o limite territorial argentino era alegado como sendo o Rio das Antas, enquanto que o Brasil sempre estabeleceu seu limite como sendo o Rio Peperi-Guaçu). Quando se fala de atividade extrativista relacionada à da erva-mate, entra em cena o “posseiro”, ou “luso-brasileiro”, um personagem que seria tido como atrasado culturalmente (em relação aos migrantes teuto-italianos) e primitivo, de hábito nômade (RENK, 2006), devido à sazonalidade de suas atividades, entre as podas da planta (BAVARESCO, 2005).

A erva-mate extraída na região oeste catarinense era, em sua grande parte, diretamente comercializada com a Argentina, o maior consumidor do produto no final do século XVIII e início do século XIX. Apesar de os ervateiros serem nômades, praticavam a agricultura de subsistência. Porém, durante o comércio do produto com a Argentina, realizado na então Baracón (atual Bernardo de Irigoyen), obtinham produtos tais como sal, banha e munição (BAVARESCO, 2005). Mesmo existindo o comércio da erva-mate com a Argentina, os limites territoriais entre ambos os países era ainda litigioso. Para contornar esta situação, era necessário que o Brasil ocupasse as terras tidas devolutas nesta área, a fim de garantir sua territorialidade. O governo brasileiro, assim, destina as grandes extensões de terras do oeste catarinense às firmas colonizadoras, a maioria de proprietários gaúchos (RENK, 2006; VICENZI, 2008).

As grandes colonizadoras, tais como a Sul Brasil (que mais tarde daria origem ao município de Chapecó) e Barth, Benetti e Cia Ltda (São Miguel do Oeste), responsáveis pela venda de terras aos migrantes teuto-italianos, viam os posseiros como intrusos e, como tal, passíveis de serem expulsos da região, a fim de garantir a venda das terras (RENK, 2006). Mesmo sendo ocupantes da região antes da chegada destes imigrantes, os posseiros foram excluídos do processo de formação do território oeste catarinense ao longo dos anos, e a extração ervateira não mais considerada uma atividade rentável, sendo retomada esta atividade somente a partir da década de 1970, agora em menor escala, quando se estabelecem pequenos “soques de ervas” em determinados municípios do oeste, tais como Chapecó, São Miguel do Oeste, Descanso e Guaraciaba (BAVARESCO, 2005).

A extração da madeira também se constituiu em importante ciclo econômico estabelecido na região. Com a chegada dos migrantes europeus, grandes áreas precisavam ser preparadas para que se estabelecessem as atividades agrícolas desenvolvidas pelos novos ocupantes. Assim, era natural que as casas fossem erguidas em madeira e o grande excedente comercializado, principalmente com a Argentina. Neste momento inicial, se estabelecem na região as primeiras madeireiras, cuja função era prover madeira pronta para a construção das casas e prepará-las para a exportação (BAVARESCO, 2005).

Grande parte da madeira extraída era considerada nobre, portanto utilizada para o fabrico de móveis no país vizinho. Mogno, jacarandá, timbaúva, se constituíam em matéria prima para este fim. A madeira extraída das novas áreas ocupadas era levada até Itapiranga ou Mondaí, às margens do rio Uruguai, onde eram arrumadas na forma de balsas e, posteriormente transportadas pelos “balseiros”, rio abaixo, até Uruguaiana, onde então era exportada para o território argentino (Passo de Los Libres, Itaquí e San Tome; BAVARES-

CO, 2005; RENK, 2006). Em épocas de estiagem, esta atividade era restrita, devido à baixa vazão do rio Uruguai, o que acarretava em transtornos na região e falta de trabalho para os balseiros. O balseiro se constituiu, nesta época, em figura importante no processo de caracterização do território oeste-catarinense. Após o encerramento do ciclo da erva-mate, parte dos ervateiros migrou para outras regiões do estado; porém, os que ficaram, passaram a exercer novas funções, notadamente a de balseiro. A função do balseiro era perigosa, pois consistia em transportar as balsas de madeira pelo Rio Uruguai até os postos de comércio no Rio Grande do Sul e Argentina. Principalmente feita nas épocas de cheias do rio, grande parte da madeira transportada era perdida, pois em trechos mais caudalosos do rio as balsas eram desfeitas devido à força das águas (WERLANG, 2006).

Nos anos quarenta e cinquenta do século passado, a atividade madeireira desflorestou mais de 90% da cobertura vegetal, um impacto ambiental de grande monta, visto que, neste período, as legislações ambientais eram inexistentes (o Código Florestal somente surgiria nos anos sessenta do século XX). Porém, esta atividade altamente impactante foi o necessário para que a região apresentasse suas particularidades e sua atual paisagem, principalmente no que se refere às pequenas propriedades agrícolas (TESTA et al., 1996).

Como mencionado anteriormente, algumas atividades extrativistas estavam inseridas nos ciclos econômicos regionais propostos por Bavaresco (2005), como a extração da erva mate e da madeira. No entanto, a atividade extrativista de argila tanto de banhados quanto nas margens dos principais rios da região não chegou a caracterizar um ciclo econômico, uma vez que o tijolo, principal produto elaborado a partir das atividades oleiras, nunca se constituiu em objeto importante para fins de comércio como a madeira, que era levada para centros de consumo alijada de sua área de origem, principalmente Argentina e Rio Grande do Sul. Ao contrário, os tijolos produzidos na região tinham uso restrito e local, somente para alicerces de casas ou para levantar o “porão” e os fornos das mesmas, uma vez que estas eram construídas basicamente de madeira. Eventualmente, algumas edificações mais importantes eram feitas de alvenaria, tais como casas de comércio e poucos prédios públicos. Mas, mesmo assim, a demanda de tijolos era baixa para a construção das casas.

A casa do migrante e a atividade oleira

Poucos estudos existem no que se refere aos aspectos arquitetônicos das casas dos imigrantes da região oeste de Santa Catarina. Porém, os dados existentes em documentos históricos mostram que os novos habitantes procuraram imprimir o aspecto arquitetônico de suas regiões europeias de origem, agregando às edificações o forno e o porão em suas casas (VICENZI, 2008). Neste sentido, as edificações de habitação no oeste catarinense seguem um padrão evolutivo um tanto diferente daquele apresentado por Veríssimo e Bittar (1999), cujos estudos estavam voltados à evolução arquitetônica luso-brasileira, e não teuto-brasileira ou ítalo-brasileira, como observadas no sul do Brasil. De acordo com Zambiasi (2000), eram os homens quem chegavam inicialmente à região, procurando, em um primeiro momento, a edificação de uma casa, simples e de madeira, com o mínimo necessário de conforto (um “abrigo”, conforme nota VICENZI, 2008), tendo em tijolo, no máximo, um forno próximo a ela. Depois de erguida a casa, o chefe da família trazia esposa e filhos para então começarem a trabalhar em seu pedaço de terra. A partir do instante em que a situação financeira começava a melhorar, novas casas eram erguidas substituindo as antigas, sendo as novas geralmente de dois andares, o porão, construído em tijolo, no andar térreo e a habitação em madeira no andar superior (VICENZI, 2008). Assim, o tijolo nestas fases iniciais da colonização alemã e italiana era utilizado para a construção do forno, porão e banheiro das casas.

O forno em tijolo era construído com formato semiesférico, anexo a casa, e seu uso se constituía em uma forma de se manter aspectos culturais étnicos importantes trazidos à região

pelos colonizadores. Em quase todos os pequenos museus que se visitem na região oeste, os objetos mais comuns encontrados nos mesmos, além dos instrumentos de trabalho na lavoura, são os utensílios de cozinha, tais como moedores de pimenta, raladores de massa, moedores de carne, serviços em porcelana. Assim, não seria de estranhar que a culinária passasse a se constituir em aspecto mantenedor destas particularidades culturais dos novos habitantes da região: pães,ucas, bolos, tudo era assado nos pequenos fornos de tijolo no final de semana, quando os habitantes, por razões fortemente religiosas, não saíam de suas casas, resguardando os dias em que não poderiam trabalhar em suas pequenas lavouras. Também eram muito utilizados os fornos em datas comemorativas, principalmente as de cunho religiosos, tais como Natal, Páscoa, casamentos, batizados e celebração do santo padroeiro da comunidade (EIDT, 2009). Com a melhoria das casas, a construção do forno foi ainda mantida e, assim, os aspectos tradicionais da culinária alemã e italiana resguardados na região.

O porão das casas edificadas na região tinha funções específicas e distintas, de acordo com a etnia. Para os imigrantes italianos, o porão era escavado no terreno e posteriormente revestido com tijolos, o que mantinha temperaturas e umidades específicas e constantes para a preservação de determinados produtos elaborados de forma artesanal pelos colonizadores, principalmente queijos, vinhos e embutidos. Também o porão se constituía em depósito para produtos adquiridos através das incipientes atividades comerciais locais, como sal, sementes e ferramentas em geral.

Para os migrantes de origem alemã, no entanto, o porão tinha outra função. Erguido acima do terreno (e não escavado), tinha a finalidade principal de manter a temperatura da casa mais confortável, embora também pudesse ser secundariamente, destinado à armazenagem de produtos. A função era permitir a circulação do ar sob a casa, impedindo a formação de bolsões de ar com baixas (no inverno) e altas (no verão) temperaturas, bem como a formação de umidade. Embora com funções distintas, os porões das casas italianas e alemãs começaram a ser erguidos com tijolos, quando a situação financeira assim o permitisse.

Vale ressaltar que o porão sempre se constituiu em uma feição arquitetônica importante, mantido pelos migrantes de origem teuto-italianos, pois a ele se associava aspectos específicos. Originalmente, nas regiões europeias fornecedoras de imigrantes, suas casas também eram providas de um “porão” onde, além das funções mencionadas anteriormente, tinha o papel de fornecer abrigo a animais de criação em épocas de frio. Colonizando inicialmente o Rio Grande do Sul e, posteriormente o oeste catarinense, este aspecto cultural e arquitetônico foi mantido, no entanto elaborados com outras matérias primas. Nas regiões europeias, as edificações eram feitas em pedra talhada, aspecto este mantido nas edificações erigidas no Rio Grande do Sul, porém com funções adaptadas a uma região com clima menos frio. Ao chegarem no oeste catarinense, as casas passaram a serem feitas com a matéria prima mais abundante na região, que era a madeira e a argila para o tijolo, por serem produtos mais elaborados, eram utilizados para melhorias secundárias nas habitações, principalmente o porão das casas.

Além dos porões das casas, o tijolo era utilizado para a construção do banheiro. As casas inicialmente eram construídas sem esta peça, pois ele não era constituinte das mesmas. O banheiro era edificado em madeira longe destas, devido às suas funções serem consideradas pouco higiênicas, um aspecto cultural notadamente europeu, trazido ao Brasil não somente pelos imigrantes de origem italiana e alemã, mas também pelos colonizadores de origem portuguesa. Assim, a “latrina”, a “privada” ou a “casinha”, como era denominada, se encontrava alijada da casa, nos fundos dos quintais (VERÍSSIMO; BITTAR, 1999). Com o aumento do padrão de vida dos colonizadores de origem teuto-italianos na região oeste catarinense, o banheiro passa a fazer parte das novas casas, porém edificado em tijolo e na parte de fora, sem acesso interno, geralmente contíguo à varanda de entrada da casa, visto que o banheiro ainda era interpretado como o local onde se praticam coisas “sujas”,

que podia ser utilizado tanto pelos proprietários quanto pelos visitantes, resguardando assim a intimidade da casa. A opção em se construir o banheiro com tijolos era puramente prática, pois se constitui em um recinto que retém mais umidade e, construído com tijolos, seria mais durável e de fácil limpeza.

Portanto, em um primeiro momento, os banhados supriam de forma cômoda a matéria prima para a confecção de uma produção artesanal de tijolos. A partir do momento em que os colonizadores começaram a ter um padrão econômico mais elevado, este se revertia na melhoria de suas habitações, passando algumas destas a serem elaboradas em alvenaria. Assim, a demanda por argila aumentou, fazendo com que os oleiros não mais a extraíssem de banhados, mas de áreas onde a mesma se concentrava em maior quantidade, que eram as margens dos rios. Mesmo assim, apesar de ocorrer um aumento na procura de tijolos, a produção dos mesmos ainda se manteve (e se mantém) de forma artesanal e familiar, empregando pouca mão de obra especializada.

Mesmo sendo considerada rudimentar ou não especializada, a atividade oleira deixa marca característica na região. Para que ocorra a secagem do tijolo, é necessária a construção de galpão com arquitetura específica, sem paredes para circulação do ar durante a secagem do tijolo, somente com um teto e vigas para sustentá-lo, a fim de proteção contra o sol, evitando rachaduras no tijolo, além de propiciar maior e mais eficiente circulação de ar para secá-lo, antes de ser conduzido ao forno. Este, também se constitui em edificação específica, somente com uma abertura, construído para comportar o maior número possível de tijolos durante o processo da queima. Ambos eram construídos com telhado em meia-água, adaptados para verões quentes, com temperatura média máxima em Chapecó de 25°C, e para invernos com média mínima de 14,18°C (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2014), bem como com precipitação pluviométrica bem distribuída ao longo do ano.

Paisagem oeste catarinense e os oleiros

Desde longo tempo, uma das noções mais importantes da Geografia é aquela das paisagens, isto é, uma combinação de traços físicos e humanos que dá a um território uma fisionomia própria, que o faz um conjunto senão uniforme, pelo menos caracterizado pela repetição de certos traços (VALDATI, 2012). Justamente por isso, o estudo da paisagem na acepção da Geografia se constitui em objeto de intensos debates, uma vez que ainda se tenta estabelecer o seu real significado, posto que nela estão inseridas mesclas de aspectos físicos e humanos que imprimem a um território sua identidade (FIGUEIRÓ, 1998; AB'SABER, 2003; VALDATI, 2012).

Inseridos em uma paisagem, podem estar presentes determinados aspectos representativos de um ambiente específico, tais como os aspectos físicos e sociais (que, mais tarde, seriam definidos como “objetos”; SANTOS, 1985). Assim, para Dollfus (1971) “a paisagem se define, isto é, ela se descreve e se explica partindo das formas, de sua morfologia (no sentido amplo). As formas resultam de dados do meio ambiente natural ou são consequências da intervenção humana imprimindo sua marca sobre o espaço”.

Uma paisagem é, por definição, uma porção do espaço material. A análise espacial assume função importante principalmente no que se refere à classificação dos meios (BERTRAND, 1972). Neste sentido, deve ser ressaltada a maneira “como o homem percebe os conjuntos físicos de uma região” (BERTRAND, 1998). Ainda de acordo com Bertrand (1998), a paisagem consiste em uma feição que deve ser estudada em seu conjunto, uma vez que nela se inserem aspectos temporais, sociais e culturais, feições reais e simbólicas, bem como produções materiais e culturais.

Segundo Santos (1994), paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento,

exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. Ou ainda, a paisagem se dá como conjunto de objetos concretos. Importante ressaltar, neste contexto, que os objetos constituintes da paisagem se configuram em algo material e imaterial, pois no que se refere ao homem, insere-se suas heranças culturais e tradições. Os oleiros vale ressaltar, se constituíam na Europa fornecedora de imigrantes ao Brasil, em “ofícios”, uma função que adquire conotação cultural, visto que eram transmitidos os conhecimentos oleiros de pai para filho, aspecto este mantido nas olarias do oeste catarinense.

Cavalcanti e Viadana (2007) caracterizam paisagem como sendo a fisionomia, a morfologia ou a expressão formal do espaço que reflete como a população percebe a área em seu entorno, embasando uma identidade, fazendo com que os laços que os unem sejam mais estreitos, inserindo também, neste contexto, os aspectos culturais. Os oleiros, neste sentido, são interpretados como os agentes mantenedores destes aspectos culturais, auxiliando a preservação de traços teuto-italianos na região, principalmente com o fornecimento do tijolo para as casas construídas.

Tais fatos, assim, podem ser observados na região estudada, onde o aspecto físico está intimamente associado à agricultura familiar e, em um menor plano, à atividade oleira, devido à presença de banhados na região. No oeste catarinense, as áreas alagadas designadas como banhados tiveram a atenção despertada, como visto anteriormente, pelos indígenas e, posteriormente, pelos oleiros. Estes últimos, mesmo que em pequena intensidade, procuram manter suas atividades relacionadas ao fabrico de tijolos de forma artesanal, de pequena escala, sem a utilização de grande número de empregados, sendo estes mantidos somente nas épocas de maior demanda pelo tijolo. Assim, os oleiros até certo ponto, e durante o processo de ocupação territorial, tem sido agentes partícipes no processo de configuração da paisagem da região, ajudando com seu produto – o tijolo –, manter as tradições arquitetônicas e culturais dos colonizadores teuto-italianos.

Os impactos ambientais sobre os banhados

As atividades oleiras exercidas nos momentos iniciais da colonização do oeste catarinense estavam restritas à produção de pequenas quantidades de tijolos, pois as casas construídas eram essencialmente erguidas em madeira. Dentro deste processo, onde ocorriam extrações de pequenas quantidades de argilas destes corpos d’água, as características ecológicas dos mesmos eram mantidas, uma vez que os oleiros sabiam da importância em mantê-los “íntactos”, pois eram destes ambientes que eles tiravam a matéria prima de suas atividades. No entanto, mesmo havendo a retirada da argila para o fabrico dos tijolos, havia a caracterização de um impacto ambiental sobre estes ambientes. São definidos como impactos ambientais todas e quaisquer atividades que produzam modificações nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente através de atividades antrópicas, de acordo com a resolução 001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (SANCHES, 2010).

Porém, os maiores impactos ambientais sobre estes ambientes estão sendo observados nos dias atuais. Com a ampliação dos centros urbanos na região, os banhados são drenados e aterrados, a fim de gerarem novas áreas para implantação tanto de loteamentos, quanto de novas áreas agriculturáveis. Baldissera (2013), realizou uma pesquisa sobre a relação histórica do município de Chapecó com seus cursos d’água e evidenciou que na microbacia do Lajeado São José, localizada nesse município, tanto a drenagem quanto o aterramento de nascentes e banhados (Figura 1) contribuíram com problemas relacionadas ao aspecto da drenagem da água, à perenidade dos cursos de água e ao assoreamento. Essa autora ressalta a pressão que o crescimento urbano exerce nos ambientes considerados frágeis ambientalmente, como as áreas com banhados.

Figura 1 – Aterramento e construção em área de banhado no bairro Vila Rica em Chapecó.



Fonte: Facco, 2011.

Outra pesquisa na microbacia do Lajeado São José foi realizada por Facco (2011), que trata dos conflitos ambientais com a expansão urbana. Nessa pesquisa são destacados alguns problemas ambientais decorrentes da ocupação e uso do solo em áreas de banhados como a implantação de aterro sanitário na década de 1970 e do tratamento de esgoto sanitário do bairro Vila Rica que se localiza nessa microbacia (Figura 2).

Figura 2 – Estação de tratamento de esgoto no bairro Vila Rica em área de banhado



Fonte: Facco, 2011.

Neste contexto, as atividades antrópicas se mostram mais impactantes do que as atividades oleiras exercidas nos primórdios da ocupação do espaço, pois enquanto estas apenas extraíam pequenas quantidades de argilas, aquelas descaracterizavam tanto os aspectos físicos e químicos quanto biológicos destes ambientes (PAGNUNSSAT; BOCALON, 2003). Após a remoção da água dos banhados, a vegetação era queimada, gerando um “espaço aberto” pronto para a edificação de casas e arruamentos, ou ser preparada para cultivo de sementes. Com estas ações, os banhados na região oeste catarinense vem sendo destruídos de forma gradativa, sendo apagado o registro polínico dos mesmos, impedindo que se faça a reconstituição pretérita dos câmbios climáticos da região durante o Quaternário (SALGADO-LABOURIAU, 1994).

Considerações finais

zAs atividades oleiras, inicialmente trazidas à região sob a forma de “ofícios”, eram realizadas próximas a banhados, locais fornecedores de matérias primas para o produto final, o tijolo. A opção pelos banhados era puramente prática, uma vez que eles se encontravam próximos aos

locais de consumo, que eram os núcleos populacionais que, mais tarde, se transformariam nas cidades da região. Com o aumento destes núcleos populacionais, os banhados começaram a ser aterrados e drenados, fazendo com que os oleiros procurassem a matéria prima nas margens dos grandes rios, principalmente o rio Uruguai. No rio Uruguai, atualmente as olarias encontram-se ameaçadas, pois no mesmo vem ocorrendo a construção de usinas hidrelétricas com a formação de grandes lagos que submergem a argila utilizada na confecção dos tijolos. Por tal razão, as atividades oleiras vêm, gradualmente, desaparecendo na região. Também vem desaparecendo na região os banhados, corpos d'água que possuem uma importância ecológica bastante grande por a eles estar associada grande parte das nascentes dos principais rios da região. O crescimento econômico, mais uma vez, procura justificar tais ações, afinal banhados sempre foram, popularmente, considerados áreas “podres” e, por isso, passíveis de destruição para que novas áreas “úteis” pudessem ser implantadas.

Referências

- AB'SABER, A. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BALDISSERA, A. D. A cidade e as águas: Chapecó e a microbacia do Lajeado São José. 2013. 226f. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- BAVARESCO, P. R. **Ciclos econômicos regionais**: modernização e empobrecimento no extremo oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2005.
- BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Cadernos Ciências da Terra**, n. 13, São Paulo. 1972.
- _____. Entrevista com o professor Georges Bertrand. **Geosul**, Florianópolis, v. 13, n. 26, p. 144-160, jul./dez. 1998.
- BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- CASTRO, P. S. **Recuperação e conservação de nascentes**. Série Saneamento e Meio Ambiente, 26(1-84). 2001.
- CAVALCANTI, A.; VIADANA, A. G. **Organização do espaço e análise da paisagem**. Rio Claro: UNESP, 2007.
- DOLFUS, O. **A análise geográfica**. Paris: PUF, 1971.
- EIDT, P. **Os sinos se dobram por Alfredo**. Chapecó: Argos, 2009.
- EMBRAPA. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Rio de Janeiro: EMBRAPA, 2006.
- FACCO, J. Os conflitos ambientais no processo de urbanização na bacia hidrográfica de abastecimento de água de Chapecó/SC. 2011. 231f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Comunitária de Chapecó, Chapecó, 2011.
- FIGUEIRÓ, A. S. Evolução do conceito de paisagem: uma breve revisão. **Geosul**, Florianópolis, v. 13, n. 26, p. 40-52, jul./dez. 1998.
- LEPSCH, I. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.
- LORSCHBITTER, M. L.; LEMOS, V. B. Estudo palinológico em turfeira do estado do Paraná. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, vol 1, **Anais**. Florianópolis, 1985.
- MARTINS, M. S. N. **Entre a cruz e o capital**: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824). Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- MÜLLER, L. M.; SOUZA, S.M. Enterramentos Guarani: problematização e novos achados. In: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P.I. (Orgs.). **Antes do oeste catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.
- NACKE, A.; BLOEMER, N. M. S. As áreas indígenas Kaingang no oeste catarinense. In: NACKE, A. et al. (Orgs.). **Os Kaingang no oeste catarinense: tradição e atualidade**. Chapecó: Argos, 2007.
- OLIVEIRA, A. M. S. et al. Tecnógeno: registros da ação geológica do homem. In: SOUZA et al. **Quaternário do Brasil**. Ribeirão Preto: Holos, 2005.
- PAGNUNSSAT, E. M.; BOCALON, V. L. S. Mapeamento básico dos corpos d'água no interior do município de São Miguel do Oeste – SC. 2003. **Visão Global**, 7(24):101-120.

- PIAZZA, W. F. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1988.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Chapecó em dados**. Disponível em: <http://www.chapeco.sc.gov.br/attachments/site_chapeco_dados/1/chapecodadosjun2014.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- RENK, A. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2006.
- ROLON, A. N.; MALTCHIK, L.; IRGANGE, B. E. Levantamento de macrófitas aquáticas em áreas úmidas do RS. **Acta Biologica Leopoldensia**, v. 1, n. 26, p. 17-35, jan./abr. 2004.
- ROOTH, L. 1990. Palinologia de uma turfeira do parque de Aparados da Serra, planalto leste do Rio Grande do Sul, Brasil. **Dissertação de Mestrado**, UFRGS. 223 p.
- SALGADO-LABOURIAU, M. L. **História ecológica da Terra**. São Paulo: Edgard Blücher, 1994.
- SANCHES, L. E. **Avaliação de impacto ambiental**: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SCHMITZ, P. I. A ocupação indígena do oeste catarinense. In: CARBONERA, M. & SCHMITZ, P. I. (Orgs). **Antes do oeste catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.
- SCHMITZ, P. I.; BEBER, M. V. Em busca dos antepassados dos índios Kaingang. In: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P. I. (Orgs). **Antes do oeste catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.
- TEIXEIRA, A. J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do oeste catarinense**: proposta para discussão. Florianópolis: EPAGRI, 1996.
- TESTA, V. M.; ESPÍRITO SANTO, F. R. C. **Principais solos do oeste catarinense**: aspectos gerais para identificação no campo e suas principais limitações ao uso agrícola. Florianópolis: EPAGRI, 1992.
- TUCCI, C. E. M. **Hidrologia**: ciência e aplicação. São Paulo: Edusp/ABRH, 2007.
- VALDATI, J. Geomorfologia, paisagem e arte: um percurso em construção. **Interthesis**, Florianópolis, v. 9, n.1, p. 181-206, jan./jul. 2012.
- VERÍSSIMO, F. S.; BITTAR, W. S. M. **500 anos da casa no Brasil**: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- VICENZI, R. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.
- WERLANG, A. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2006.
- ZAMBIASI, J. L. **Lembrança dos velhos**: experiências dos velhos migrantes italianos do oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 2000.

Correspondência

Vitor Luiz Bocalon

E-mail: vitorboca@yahoo.com.br

Recebido em 25 de junho de 2014.

Revisado pelo autor em 12 de fevereiro de 2015.

Aceito para publicação em 23 de março de 2015.